

Desvendando *O poder do macho*: um encontro com Heleieth Saffioti*

Angélica Lovatto**

Resumo:

Este artigo faz uma homenagem a Heleieth Saffioti, abordando especialmente o livro *O poder do macho*, cuja publicação foi encomendada à autora, nos anos 1980, com o objetivo de apresentar, a um público jovem e não-acadêmico, o quadro de discriminação contra a mulher e contra o negro, na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Heleieth Saffioti, feminismo, machismo, mulher, negro.

*Por que o tratamento dispensado ao tema neste livro é subversivo?
Porque não aceita mitos, nem hipocrisias, nem desumanização de homens e mulheres,
subverte a ordem estabelecida, questiona-a, transforma-a.
E isto é claro, não ocorre apenas no livro;
acontece no dia-a-dia de cada um, nas lutas coletivas,
nos movimentos políticos.
Heleieth Saffioti, em *O poder do macho*.*

O encontro com Saffioti

Nos idos de 1988, conheci pessoalmente esta incrível mulher chamada Heleieth Saffioti, que seria minha professora no mestrado em Ciências Sociais da PUC de São Paulo. Não era dessas pessoas que se esquece facilmente. Sua presença, dentro e fora da sala de aula, chamava a atenção pela postura e pela energia com que defendia suas posições, sempre disposta à polêmica. Escrevo, portanto, este texto nos limites de um artigo-homenagem.

Meu primeiro contato com um texto de Saffioti foi por meio de um livro com o sugestivo título *O poder do macho*, que chegou às minhas mãos exatamente em 1987, antes mesmo que eu conhecesse seu trabalho como docente. O livro

* Agradeço a Renata Gonçalves a leitura que fez do presente texto, bem como as imprescindíveis sugestões que deu na elaboração e nas indicações bibliográficas, inclusive o sugestivo título. As limitações finais são de minha inteira responsabilidade.

** Doutora em Ciência Política. Professora UNESP-Marília. Pesquisadora do NEILS/PUC-SP. Pesquisadora do NEOM (Núcleo de Estudos de Ontologia Marxiana) e do CPMT (Cultura, Política e Mundo do Trabalho), ambos da UNESP-Marília. End. eletrônico: angel.lovatto@gmail.com

fazia parte da “Coleção Polêmica”, que a Editora Moderna publicava dentro do “Projeto Passo à Frente”. Muito vendido, já estava em sua segunda edição no próprio ano de lançamento. Sem dúvida, o título era atraente. Li em apenas dois dias, freneticamente. A discussão era ampla, pois trazia um quadro contundente não só sobre a discriminação contra a mulher, mas também contra o negro. A coleção deixava claro que o texto era destinado a um público jovem, àqueles que – de uma maneira geral – não estivessem circunscritos a um âmbito acadêmico-científico. A Coleção tinha uma pretensão – elogiável, sem dúvida – de ser acessível ao grande público.

Este aspecto da proposta da publicação era surpreendente para a autora, pois a própria autora afirmava que, embora estivesse estudando a temática feminina há um quarto de século, “nunca havia escrito para não-iniciados, para aqueles que não dominam a terminologia científica”. (Saffioti, 1987: 5)

O desafio de escrever “de forma acessível, não acadêmica” foi respondido por Saffioti à altura. Ela descreve como isso poderia ter significado um impedimento objetivo à conclusão do projeto, questionando-se: “Seria capaz de abandonar a terminologia sociológica, para trocar em miúdos algumas análises que havia realizado?” (*Ibidem*). E também menciona como as demais pessoas que a conheciam, ponderavam a possibilidade de conseguir fazê-lo: “Muitos, aí inclusive amigos meus, opinaram que eu só sabia escrever sociologuês” (*Ibidem*). Mas, mesmo assim, ela resolveu aceitar o convite:

Resolvi, pois, tomar estas afirmações como desafios. Mas não foram elas os únicos fatores de meu empenho em traduzir para uma linguagem simples idéias que eu já havia escrito em linguagem fechada, hermética, sisuda. Havia também o desafio, e este me provocava ainda maior coceira, de dialogar com jovens, de lhes propor uma nova estratégia de luta, de lhes oferecer elementos para a escolha de uma vida mais feliz. (*Ibidem*)

Esta disposição de Saffioti de sair do lugar relativamente confortável do ambiente acadêmico, e lançar-se na realização de um trabalho aparentemente distante deste mundo “científico”, foi definitivamente marcante para mim, naqueles idos dos anos 1980. Ela saía do “conforto” de escrever em sociologuês – como brincava – e dispunha-se a corresponder ao apelo de uma proposta que queria incentivar a tomada de consciência daqueles que – num país como o Brasil – estavam impedidos de acessar os bancos escolares do ensino superior. Afinal, pensou ela, “o público que lê português é infinitamente maior do que aquele que lê sociologuês” (*Ibidem*). Para a decisão final de escrever o livro, ela fez a si mesma uma última pergunta: “Perguntei-me, então, insistentemente, se não era chegado o momento de tentar passar para este público uma parte de minha experiência. Fiz-me esta pergunta enquanto educadora” (*Ibidem*).

Ao ler este livro, não tive dúvida, queria tê-la como minha professora. Eu vinha de uma geração que tinha passado os primeiros anos da vida escolar até o ensino médio, numa estrutura atrelada às reformas educacionais herdadas da ditadura militar e, não por acaso, tinha escolhido fazer o curso de Ciências Sociais.

Quando soube que sua atividade acadêmica estava vinculada à UNESP de Araraquara, achei que seria difícil pela distância de São Paulo. Mas descobri que Saffioti atuava como professora convidada junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC. Assim foi nosso encontro no Mestrado.

Através de Saffioti, tive acesso na época a um importante seminário temático realizado na UNESP de Araraquara em 1989-90, cuja publicação foi organizada pela Profa. Maria Aparecida de Moraes Silva, denominada *Mulher em seis tempos* (1991). Na Introdução, a organizadora afirma a importância da temática, apresentando as seis mulheres que escreviam na Coletânea, e ponderando que:

Somente a partir do momento em que houver uma clareza acerca da imagem do feminino e do masculino nas representações e na prática, é que poder-se-á pensar numa ciência desgarrada dos modelos dicotômicos e discriminadores e numa práxis traduzida na igualdade entre os homens e mulheres (Moraes Silva, 1991: 15).

O artigo de Saffioti (1991), “Novas perspectivas metodológicas de investigação das relações de gênero”, integrante da Coletânea em questão, discutia justamente essa importância de construir uma ciência e uma práxis sem modelos dicotômicos e discriminadores. Sua inovação consistia em propor formulações que consideravam a mulher não apenas como um objeto de investigação, mas como a mulher era vista pela ciência.

A partir, portanto, de textos e das discussões que passei a acompanhar junto às disciplinas ministradas por Saffioti¹, ficou cada vez mais claro o diapasão no qual as discussões sobre a discriminação contra a mulher e contra o negro – duplo aspecto que ela acoplava à influência predominante do macho, adulto, branco – tinham que perpassar a perspectiva da luta de classes numa sociedade capitalista. Como afirma Gonçalves, em artigo do presente dossiê, Saffioti foi pioneira:

Feminista, mas sempre atenta ao antagonismo de classe exacerbado pelo sistema capitalista, não fez coro com o reformismo do movimento feminista pequeno-burguês que se contenta meramente com as conquistas de direitos formais para as mulheres. Pois a solidariedade entre os sexos está subordinada à condição de classe de cada um. (Gonçalves, 2011: 117).

¹ Dos textos antigos de Saffioti que tomei contato neste período, e que fizeram parte de minha formação, não posso deixar de referir “O fardo das brasileiras - de mal a pior” (1979), que foi publicado em número especial sobre a questão da mulher na Revista Escrita Ensaio.

Sua perspectiva teórica marxista superava limites e trazia horizontes que outras análises não conseguiam superar quando abordavam a discriminação contra a mulher. E isso num duplo aspecto: tanto nas análises de perspectiva teórica distinta do marxismo, quanto àquelas feitas no campo do próprio marxismo, que apresentava algumas dificuldades em tratar do que hoje convencionou-se chamar de estudos de gênero².

Neste sentido, é imprescindível destacar que o início do século XXI já conquistou avanços – embora insuficientes – que eram impensáveis no momento em que Saffioti iniciava seus estudos sobre feminismo, na década de 1960. E mesmo depois de mais ou menos 25 anos de estudos, momento em que lançou *O poder do macho*, faltava muito ainda a ser conquistado para que os estudos sobre a mulher fossem conhecidos no nível em que se encontram hoje. E mais: o fato da análise abordar, na mesma perspectiva, a discriminação contra o negro, trazia para aquele momento histórico um novo impulso ao combate das mais odiosas discriminações que permeavam (e ainda permeiam) a sociedade brasileira e mundial.

Destacar este aspecto histórico da obra de Heleieth Saffioti, contextualizando seu pioneirismo em tempos bicudos – onde poucos conseguiam realizar a tarefa que ela desempenhava – é reconhecer que, se hoje escrevemos com mais liberdade e aceitação sobre temas tão complexos, isso se deve também aos muros destruídos pela militância teórica e política que esta grande figura humana nos possibilitou.

***O poder do macho* em discussão: patriarcado-racismo-capitalismo**

Houve época em que as estudiosas da problemática feminina não constituíam nenhuma ameaça. Tratava-se, segundo a opinião geral, de um assunto secundário que só interessava àquelas feministas tidas e havidas como mal-amadas.

Contudo, à medida que se foram produzindo estudos sérios sobre o assunto, este foi deixando de ser inofensivo e foi passando a ser subversivo.

Heleieth Saffioti, em *O poder do macho*.

² No presente dossiê, Renata Gonçalves escreve o artigo “O feminismo marxista de Heleieth Saffioti”, onde afirma: “Marxista ciosa de seu livre pensar feminista, destacou os limites de algumas análises marxistas no que diz respeito à condição feminina. Feminismo e marxismo ocupam o centro de sua obra que se tornou multidimensional, tanto no que se refere à contribuição teórica que forneceu para ambos como no que diz respeito à grande importância que suas idéias tiveram para a implementação de políticas de combate à violência contra a mulher nos lugares mais longínquos dos grandes centros urbanos”. (Gonçalves, 2011: 117).

Incrível perceber como o próprio ato de escrever sobre uma discriminação era recebido com preconceito maior ainda, como assunto de “mal-amadas”. E como é boa a sensação oposta: sentir-se subversiva!

Este livro de Heleieth Saffioti, construído dentro de uma proposta de abordar temas candentes e complexos, em linguagem acessível ao grande público, e como denúncia da situação de exploração contra a mulher e o negro, fizeram dele um sucesso estrondoso, não só no Brasil, mas em outros países. Como afirma Fernanda Pompeu, ao retratar a obra da autora: “Em meios aos livros, há um campeão de vendas, destinado ao público em geral: *O Poder do Macho* (1987), com edições sucessivas e traduções para vários idiomas” (Pompeu, 2007: 69).

O texto produzido por Saffioti para dar conta de explicar “o poder do macho” – adulto, branco – inicia-se com uma explicação sobre os papéis sociais atribuídos às diferentes categorias de sexo (tema do capítulo 1) e a quem serviria a relação de dominação da mulher pelo homem (no capítulo 2). O nó górdio da questão é apontado prontamente: qual seria a razão do desinteresse dos homens pela problemática feminina? Essa razão residiria no fato de que, em geral, não se mostra a eles a face oculta do chamado “privilégio” do macho. Mas por quê? Responde a autora:

Ora, no momento em que o homem entender que também ele é prejudicado pelas discriminações praticadas contra as mulheres, a supremacia masculina estará ameaçada. E com ela estarão também ameaçados o duplo padrão de moral que alimenta a família burguesa, a própria família, o domínio dos poderosos. O mesmo pode ser dito com relação à discriminação contra negros. (Saffioti, 1987: 7)

Saffioti indica a origem do que afetaria os dois tipos de discriminação, baseadas nas relações de dominação engendradas na sociedade em pauta: a capitalista. Este é, em meu entendimento, o aspecto das problematizações levantadas pela autora que mais ajuda a compreender o foco de sua discussão: não se trata simplesmente de uma luta – no sentido de confronto – entre homens e mulheres, ou entre brancos e negros. Esta precisão da autora em determinar a origem do problema, livra-nos da armadilha de deixar ileso o principal inimigo e, portanto, nos ajuda a não perder a possibilidade de combatê-lo com eficácia. Vejamos como ela explica este aspecto: “A sociedade não está dividida entre homens dominadores de um lado e mulheres subordinadas de outro. Há homens que dominam outros homens, mulheres que dominam outras mulheres e mulheres que dominam homens” (*Ibidem*: 16). Ela explica que a divisão da população em “classes sociais, profundamente desiguais quanto às oportunidades de ‘vencer na vida’, representa outra fonte de dominação”, que é considerada “absolutamente legítima por aqueles que se proclamam neutros” (*Ibidem*). Diz, ainda, que o mesmo ocorreria com as diferenças raciais e/ou étnicas. O patriarcado – entendido como

o sistema de relações sociais que garante a subordinação da mulher ao homem – não se constituiria, portanto, no único princípio estruturador da sociedade brasileira. Em suma, o livro busca explicitar a combinação dos três princípios de estruturação da sociedade brasileira: a simbiose entre patriarcado, racismo e capitalismo.

Essa demonstração vai ficando mais clara a partir do capítulo 3, “A supremacia masculina na sociedade capitalista”, onde a autora se esmera em demonstrar os efeitos dessa simbiose na sociedade brasileira. Ela recorre aos aspectos históricos presentes na organização do mundo do trabalho desde o escravismo, passando pelo feudalismo até chegar no capitalismo. A clareza com que o faz, numa síntese histórica de difícil articulação, salta aos olhos. E sintetiza:

Assim, desde que se estabeleceu a propriedade privada dos meios de produção (tudo aquilo que é preciso pôr à disposição dos trabalhadores para tornar possível a produção de bens e serviços), uma minoria vive às custas do trabalho da maioria. (*Ibidem*: 41)

Nesse ínterim, é explicado o resultado da potencialização da tríade patriarcado-racismo-capitalismo, remetendo às suas origens históricas mundiais. Inicia-se pelo patriarcado como “o mais antigo sistema de dominação-exploração”. Posteriormente, “aparece o racismo, quando certos povos se lançam na conquista de outros, menos preparados para a guerra”. E, finalmente, “em muitas destas conquistas, o sistema de dominação-exploração do homem sobre a mulher foi estendido aos povos vendidos” (*Ibidem*: 60). Ela exemplifica o mecanismo dessa subordinação: “com frequência, mulheres de povos vencidos eram transformadas em parceiras sexuais de guerreiros vitoriosos ou por estes violentadas”. E alerta sobre uma prática que continua contemporânea: “quando um país é ocupado militarmente por tropas de outra nação, os soldados servem-se sexualmente de mulheres do povo que combatem”. Exemplifica: “Este fenômeno aconteceu durante a Segunda Guerra Mundial, dele resultando muitos filhos de soldados norte-americanos com mulheres japonesas” (*Ibidem*).

Saffioti não desconsidera que “o poder do macho está presente nas classes dominantes e nas subalternas, nos contingentes populacionais brancos e não-brancos” (*Ibidem*: 16). Mas chama a atenção para o fato de que apresenta várias nuances:

De um modo geral, contudo, a supremacia masculina perpassa todas as classes sociais, estando também presente no campo da discriminação racial. Ainda que a supremacia dos ricos e brancos torne mais complexa a percepção da dominação das mulheres pelos homens, não se pode negar que a última colocada na ‘ordem das bicadas’ é uma mulher. Na sociedade brasileira, esta última posição é ocupada por mulheres negras e pobres (*Ibidem*).

Em função deste aspecto, a autora toma cuidado para não privilegiar nenhum dos três momentos da tríade como essencialmente predominante, ou seja, do raciocínio da priorização de um dos sistemas de dominação-exploração. A fusão que, de fato, ocorre entre eles acaba sendo tão profunda que seria “praticamente impossível afirmar que tal discriminação provém do patriarcado, ao passo que outras se vinculam ao sistema de classes sociais e ou ao racismo”. (*Ibidem*). Ao mesmo tempo nenhum deles pode operar autonomamente: “se o patriarcado fosse regido por leis específicas, independentemente das leis capitalistas, o homem continuaria a ser o único provedor das necessidades da família, não havendo mulher trabalhando remuneradamente” (*Ibidem*: 61).

Mas, afinal, considerando todas as questões históricas, como o chamado *poder do macho* poderia afetar tantas esferas da vida em sociedade no Brasil? Este tema permeia todo o livro de Saffioti que apresenta ao leitor a relação mais direta desse mecanismo. O caminho que utiliza para essa explicitação é indicado em dois capítulos, onde são discutidas as contradições da ideologia liberal (capítulo 4) e a indicação de uma estratégia de luta (capítulo 5). Em síntese, ela procura construir um quadro que demonstra como o Brasil era conhecido como um país não cumpridor de leis. Afinal, segundo a ideologia liberal as leis serviriam para garantir os direitos dos cidadãos.

Relendo, agora, este aspecto tratado no texto de 1987, tive a oportunidade de comentar com várias pessoas sobre a atualidade de Saffioti, pois, embora seja inegável um certo avanço no conjunto de normas jurídicas no Brasil contemporâneo – pelo menos no que diz respeito à formulação de leis como a da punição da violência doméstica através da Lei Maria da Penha – jamais poderíamos afirmar que a situação esteja resolvida. Fundamentalmente, porque a formalidade da lei não garante seu imediato e efetivo cumprimento, além da resolução sempre parcial que isto representa. A punição, quando ocorre, vem necessariamente depois da violência praticada.

Seguindo o raciocínio do limite, porém necessário – no mínimo – cumprimento das leis, Saffioti segue o planejamento de seu texto, propondo uma estratégia de luta. Alerta que “não existe uma única maneira de lutar contra as discriminações raciais e sexuais”. Isso porque “diferentes grupos de negros e de mulheres, com consciência das discriminações sofridas, enfrentam de formas diversas este sistema de dominação-exploração” (*Ibidem*: 86), por causa das diferentes posições que ocupam, pelo menos em três aspectos: a) na estrutura de poder; b) na filiação a distintos partidos políticos; c) nas desigualdades entre as escalas de valores dos militantes. Cito uma das exemplificações que mais correspondem a essa questão levantada por Saffioti, no tocante à discriminação racial e, na sequência, à discriminação sexual:

Como a categoria social *negros* não é homogênea, pois inclui ricos, remediados, pobres, miseráveis, assim como homens e mulheres, para não mencionar as diferentes tonalidades de pele, não são tampouco homogêneas as estratégias de luta. O mesmo fenômeno da heterogeneidade encontra-se no seio da categoria social *mulheres*. Em todas as classes sociais há mulheres. Logo, aquilo que interessa a mulheres de uma classe social pode não interessar a mulheres de outra classe social (*Ibidem*: 86).

Novamente, aparece a preocupação – constante na perspectiva de Saffioti – de não transformar uma luta feminista numa guerra entre homens e mulheres. Neste ponto de seu texto ela volta a referir o significado das citações de Marx e Engels colocadas como epígrafes de seu texto: “A doutrina materialista de que os seres humanos são produtos das circunstâncias e da educação (...), esquece que as circunstâncias são transformadas precisamente pelos seres humanos e que o educador tem, ele próprio, de ser educado” (Marx e Engels, 1982: 420). Ela alerta que é preciso muito cuidado em relação a isso, no tocante às estratégias de luta, defendendo que, assim como mulheres burguesas não pensam, necessariamente, da mesma maneira que mulheres operárias, há – igualmente – distintas perspectivas de análise da situação da mulher e da luta para melhorá-la (Saffioti, 1987: 93). O principal erro nesta estratégia consistiria em “colocar no mesmo cesto todas as tendências feministas, atribuindo-lhes as características de uma corrente minoritária, capaz de despertar resistências e ódios em homens e mulheres” (*Ibidem*).

O livro é encerrado com um “capítulo-pergunta” que, em verdade, significava um apelo ao público leitor, especialmente aos jovens, a quem se destinava a publicação: Vale a pena lutar? Evidentemente, a energia vital de Saffioti indicou um “sim” como resposta. Ela, no entanto, alertava que, na luta política, trata-se de “saber se se deseja uma democracia para poucos, uma democracia para muitos ou uma democracia para todos” (*Ibidem*: 98). E que, não obstante a alegação de que o jovem não é necessariamente progressista ou revolucionário, havia muitos adultos e até pessoas em idade avançada que desenvolviam uma consciência crítica muito aguda quanto às injustiças da sociedade capitalista (Saffioti, 1987: 99). Diz que essas pessoas, “são sempre jovens, independentemente da idade que tenham, se se adotar a premissa de que o jovem é todo aquele disposto a aceitar e ou provocar transformações sociais” (*Ibidem*).

E foi assim que, como a própria autora afirma em sua Conclusão, “este pequeno livro” conseguiu conjugar e trouxe “análises e reflexões resultantes de 25 anos de estudos sobre a temática da *mulher*” (*Ibidem*: 111). Eis um exemplo contundente de uma mulher que assimilou com a própria vida o indicativo de que os filósofos deveriam não só explicar o mundo, mas transformá-lo. Daí nossa saudade, que nada poderá aplacar.

Saudades da “Heleieth”

No momento em que recebi a triste notícia de que nunca mais poderia vê-la, um filme passou pela minha cabeça, como deve ter acontecido com todos que a conheceram. O que mais sinto saudades são das tardes que passei com Heleieth em seu apartamento na Praça da República, freqüentado por todas nós, alunas de seus cursos. A generosidade de nos abrir sua casa, de nos deixar usufruir de sua biblioteca – que ocupava praticamente todos os cômodos do apartamento – era imensa. A biblioteca estava lá “para nós”. Afinal, dizia ela, de que adiantava acumular tantos livros, se não pelo prazer de dividi-los conosco? Talvez por isso, eu tenha ficado com essa tremenda sensação de que lhe devo tanto.

Bibliografia

- GONÇALVES, Renata (2011). O feminismo marxista de Heleieth Saffioti. *Lutas Sociais*, n.27, São Paulo.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich (1982). *Obras escolhidas*. Lisboa: Avante / Moscou: Progresso.
- SAFFIOTI, Heleieth (1979). O fardo das brasileiras - de mal a pior. *Escrita Ensaio*, n.5, São Paulo.
- _____ (1987). *O poder do macho*. São Paulo: Moderna. Coleção Polêmica.
- _____ (1991). Novas perspectivas metodológicas de investigação das relações de gênero. In: MORAES SILVA, Maria Aparecida de (org.). *Mulher em seis tempos - Seminário Temático II*. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras, UNESP.
- POMPEU, Fernanda (2007). Heleieth Saffioti. In: CHARF, Clara (org.). *Brasileiras – Guerreiras da Paz*. São Paulo: Contexto.
- MORAES SILVA, Maria Aparecida de. (1991). Introdução. In: *Mulher em seis tempos - Seminário Temático II*. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras, UNESP.